



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
ESMEC- Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) em Processo Civil e Gestão do Processo.

Disciplina: Sujeitos Processuais: Juiz, Ministério Público e Defensoria Pública.

Professor: William Paiva Marques Júnior.

Síntese curricular: Possui graduação em Direito (2001). Especialista em Direito Processual Penal pela ESMEC/UFC (2003). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (2009). Doutorando em Direito Constitucional pela UFC. Professor Assistente da Universidade Federal do Ceará (Departamento de Direito Privado), das disciplinas de Direito Civil II (Direito das Obrigações), Direito Civil V (Coisas) e Direito Agrário. Coordenador de Graduação da Faculdade de Direito da UFC. Foi Advogado Júnior da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) de 2.008 a 2.011.

Contato: williamarques.jr@gmail.com

(1) (90º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO/2013) A existência do Ministério Público é cláusula pétrea na Constituição Federal? Fundamente a resposta.

(2) (VII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS, PARA INGRESSO NA CARREIRA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS/2014) Discorra sobre a independência funcional da Defensoria Pública, abordando seu conteúdo, finalidade e limites.

(3) (XLVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/2014) Discute-se ser ou não cabível ao Poder Judiciário, determinar a realização de obras públicas, tais como ampliações de redes de esgotamento. Analise a respeito.

(4) (XLVI CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/2014) “A sociedade brasileira é muito desigual. Logo, o juiz tem de ser parcial para poder ser imparcial. Deve ser um agente de transformação social”. Comente a afirmação acima, salientando sua posição.

(5) (Concurso Público para o provimento de vagas de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Mato Grosso/UFMT/2014) É recorrente que o Ministério Público, após a Constituição Federal brasileira de 1988, transformou-se numa instituição em que se deposita a confiança da sociedade mais vulnerável nas possibilidades de sua emancipação, pela tutela dos interesses difusos e coletivos. Discorra sobre os principais instrumentos de garantias constitucionais que possibilitam ao Ministério Público atingir essa finalidade, enfrentando a questão da possibilidade de tutelas de interesses individuais pelo Ministério Público.

(6) (Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de Defensor Público de Segunda Categoria do Distrito Federal/CESPE/2013) A defensoria pública ajuizou ação civil pública com a finalidade de defender o direito de consumidores lesados por relações contratuais firmadas com determinada instituição financeira. A ré, então, invocou a ilegitimidade do órgão para promover, em nome próprio, a defesa dos consumidores, sustentando que a defensoria pública teria legitimidade apenas para a defesa individual do consumidor, já que a promoção da defesa coletiva ou difusa dos consumidores seria atribuição institucional exclusiva do Ministério Público. Com base nessa situação hipotética e na legislação e na jurisprudência sobre o tema, indique a natureza dos direitos defendidos na referida ação civil pública e esclareça se a defensoria pública tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa dos referidos consumidores.